

O conselho fiscal da Petros rejeitou as contas de 2016 apresentadas pelo fundo de pensão da Petrobras, que, segundo os conselheiros, registrou um déficit técnico de R\$ 27 bilhões, o que deve levar à fundação a um novo plano de equacionamento. Pela 14ª vez consecutiva, o conselho fiscal da entidade recomendou ao conselho deliberativo que as demonstrações contábeis da Petros do exercício 2016 sejam reprovadas. “Verificamos um agravamento da situação econômica e patrimonial em 2016, principalmente pelas perdas com investimentos e as crescentes demandas judiciais contra a fundação, com maiores reflexos no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)”, aponta o parecer anual do conselho fiscal sobre as demonstrações contábeis da Petros em 2016.

De acordo com o parecer, o patrimônio social consolidado da Petros teve um crescimento de 7% em 2016, enquanto as provisões matemáticas consolidadas dos planos cresceram 9%, ocasionando um aumento do déficit consolidado de 16%. “O conselho fiscal indica a rejeição das contas da fundação há 14 anos, sendo nos últimos quatro anos consecutivos, por unanimidade. A patrocinadora Petrobras, no conselho deliberativo da fundação, utiliza o voto de qualidade ou a conivência do representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP) para aprovar suas contas”, diz Ronaldo Tedesco, presidente do conselho fiscal da Petros, em comunicado no blog dos conselheiros eleitos da fundação. Tedesco destaca ainda a auditoria independente, realizada atualmente pela empresa PwC, e que, segundo o presidente do conselho fiscal, mantém em seu parecer diversas ressalvas e ênfases em relação às demonstrações da Petros de forma recorrente. “A Petros, até pouco tempo atrás, tinha ficado inerte aos apontamentos feitos tanto pela auditoria quanto pelo conselho fiscal. E as medidas que foram tomadas pela fundação até o momento não conseguiram reverter este quadro”, continua Tedesco.

Gestão – De acordo com Fernando Siqueira, conselheiro fiscal eleito da Petros, a patrocinadora controla totalmente a gestão da fundação através do conselho deliberativo, onde tem três de seis conselheiros, e ainda conta com a conivência do conselheiro eleito pela FUP. Siqueira nota ainda que a patrocinadora nomeia toda a diretoria executiva, por que não quer cumprir o acordo que assinou de eleição de dois diretores pelos assistidos e participantes. “Ela precisa assumir que os erros na gestão são de sua responsabilidade e mudar de fato a governança da Petros. Para isso, não basta celeridade ou transparência. Precisamos da aprovação da cobrança das dívidas que existem e hoje são ignoradas pela Petros e pela Petrobras. Sem isso, as mudanças feitas serão apenas boas intenções”, afirma Siqueira.

Entre os apontamentos do conselho fiscal estão a necessidade de que a Petros deixe de se expor com investimentos de risco de mercado, risco de investimentos em conjunto com as patrocinadoras e ainda risco de investimentos com contrapartes duvidosas. “Não podemos expor os planos administrados pela Petros a mais operações e investimentos que envolvam patrocinadoras ou instituidores ou o governo federal. Precisamos de segurança e liquidez”, argumenta Marcos André, conselheiro fiscal suplente da entidade.

Fonte: [Investidor Institucional](#), em 19.04.2017.